

Simoni Mendes de Paula
Sílvio Marcus de Souza Correa
Organizadores

NOSSA ÁFRICA

ensino e pesquisa



**Simoni Mendes de Paula
Sílvio Marcus de Souza Correa
Organizadores**

Nossa África

Ensino e Pesquisa

E-book



2016

Da desconstrução dos estereótipos às peculiaridades da construção nacional nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)

Marçal de Menezes Paredes¹

Este breve ensaio tem como objetivo apresentar, de maneira rápida e algo esquemática, os delineamentos de minha experiência no ensino, na extensão e na pesquisa em História da África na PUCRS. Dedico-me à apresentação de algumas questões trabalhadas seja no âmbito da Graduação, seja no escopo de minhas orientações e grupos de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em História. O texto está estruturado em duas etapas. A primeira refere-se ao ensino nas aulas de Graduação e à extensão, particularmente ao combate aos estereótipos vinculados às corriqueiras compreensões sobre o continente africano, bem como à minha estratégia de desconstrução do mesmo. A segunda parte trata do enquadramento de minhas investigações e orientações no âmbito do Pós-Graduação. Todas essas atividades são faces de um mesmo processo e estão, por certo, relacionadas.

O combate aos estereótipos

Um primeiro dado: a disciplina de História da África, na PUCRS, é obrigatória apenas para os alunos que cursam a modalidade de Licenciatura em História, tendo sido inserida na última reforma curricular de 2010 no sentido de responder positivamente aos anseios da Lei 10.639 de 2003. Para os bacharelados do curso de História, a disciplina é crédito optativo, mesma modalidade oferecida para outros cursos (da Educação Física à Odontologia, passando pelo Direito e pelas demais Ciências Humanas). Diante deste quadro, fica fácil perceber que o primeiro desafio pedagógico é com-

¹ Professor Adjunto, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História, Escola de Humanidades, PUCRS; e-mail: marcal.paredes@pucrs.br.

bater o pesado e monocórdio estereótipo sobre a África: a visão unificada de um continente apenas definido pelas guerras fratricidas, habitado por tribos primitivas, desgraçado pela fome e pelas catástrofes endêmicas e naturais. O repto é abordar os contornos deste imaginário do senso comum, os motivos deste desfoco, as razões do desprestígio e, sobretudo, os interesses pouco nobres vinculados ao parco acesso que nossos alunos têm sobre as sociedades africanas – ainda hoje, mesmo depois de mais de uma década da Lei. Trata-se de burilar uma compreensão mais aprofundada sobre o preconceito em geral e, principalmente, sobre o racismo em particular no sentido de “chacoalhar” suas balizas-mestras demonstrando o complexo quadro que reduz a importância de um continente que, a despeito de sua imensidão e variedade cultural, fica ainda percebido através de denominador racializado da pigmentação fenotípica das peles.

Evidentemente que esse labor antiestereotípico passa pela discussão sobre a historicidade do continente e, claro, pelas diferentes correntes historiográficas que abordaram a história africana. Afinal, se é verdade que “os primeiros trabalhos sobre História da África são tão antigos quanto o início da história escrita”, como afirma John Fage², o mesmo não se pode dizer sobre o interesse desta temática pela historiografia brasileira. Ao contrário, desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, produzimos um pequeno número de africanistas. Como se sabe, a atenção dos acadêmicos estava mais voltada para as questões diaspóricas e suas reentrâncias nos projetos sociais brasileiros.³ Há algumas décadas, apenas, que a história de tão importante continente tem sido investigada no país – reitero, pela sua relevância em si, sem estar necessariamente atrelada ao Brasil. Contemporaneamente estamos, portanto, num contexto de grande relevância histórica, política e educacional. E também de um importante despertar historiográfico – com uma tendência centrífuga ao nosso resiliente nacionalismo militante.

Este processo, contudo, está repleto de riscos e de desafios. Estudar a História da África através dos parâmetros de uma dita “história universal”, quase sempre atada em eurocentrismo político inconfesso, é um equívoco

² FAGE, John. A Evolução da historiografia da África. In: KI-ZERBO (Org.). *História Geral da África*. V. 1. São Paulo: Ática/Unesco, 1982, p. 1-22.

³ Veja-se, por exemplo, ZAMPARONI, V. Os estudos africanos no Brasil: veredas. *Rev. Educ. Pública*, Cuiabá, v. 4, n. 5, jan./jun. 1995; ZAMPARONI, V. África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro. *Ciência e Cultura*, v. 59, n. 2, São Paulo, abr./jun., 2007.

costumeiramente criticado. Não é o único, porém. Tratar os diferentes modelos societários de maneira unívoca, analisar as diversas tradições culturais (ancoradas em memória oral, muitas vezes) a partir de modelos teóricos rígidos, perscrutar a miríade de etnias e povos tendo como referência categorias estanques, vislumbrar o espectro de valores tradicionais (vinculados a religiosidades díspares) a partir de pressupostos etnocêntricos, são outros problemas graves que devem ser refletidos quando se pretende começar uma abordagem acadêmica séria deste grande continente, ainda hoje pouco conhecido.

Estas questões já fazem parte da história da historiografia africanista.⁴ Entretanto, outros elementos devem ser agregados à sua crítica. Um deles é o comprometimento político ou ideológico de alguns estudos. Outro, menos percebido, é a revivescência de posturas teórico-metodológicas caras ao que já se convencionou chamar de história historicista ou escola metódica. Parece haver, de maneira geral, certa recusa implícita de se submeter a análise das fontes primárias (documentação político-jurídica, relatos de viajantes e religiosos, descrições etnográficas, relatórios administrativos, etc.) ao crivo das preocupações e prevenções acerca dos conceitos e das práticas de pesquisa que orientam a boa – e multivariada – historiografia contemporânea. A necessidade de aprofundamento teórico e de sofisticação metodológica, bem como de reflexões éticas, não podem passar ao lado da prática historiográfica africanista brasileira. Elas são mais necessárias, ainda, pela deseducação recebida e pela pouca familiaridade que a sociedade em geral tem sobre o assunto.

É importante atentar-se que o desenvolvimento do interesse para com a história da África, no final do século XIX e ao longo do século XX, se dá imerso em debates políticos, controvérsias teóricas, polêmicas culturais. Está, portanto, vinculado a opções políticas e recortes intelectuais. Por exemplo, obras de autores tão importantes quanto diferentes, dos clássicos como W. E. Du Bois, Edouard Glissant, Franz Fanon, Joseph Sedar-Senghor, Cheik Anta Diop, Amilcar Cabral, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane, Chinua Achebe (entre muitos outros), até os mais contemporâneos especialistas como Jan Vansina, Amadou Hampatê Ba, Paul Gilroy, Kwame Anthony Appiah, Elikia M'Bokolo, John Thornton (entre tantos), sejam eles africa-

⁴ FAGE, John. A Evolução da historiografia da África. In: KI-ZERBO (Org.). *História Geral da África*. V 1. São Paulo: Ática; Unesco, 1982, p. 1-22.

nos, europeus, americanos, além de terem sido fundamentais na construção de interpretações sobre as diferentes sociedades africanas, foram – e ainda são – também peças fundamentais na *instauração* de novos parâmetros conceituais de pesquisa sobre a África. E o que há de comum neles todos? Suas narrativas, além de explicar, criticar, contar, descrever, arrumam valores, hierarquizam temas, concatenam eventos, fundam postulados e fundamentam projeções. Numa palavra: dão a ver e norteiam o foco de visão. E mais: embora diferentemente, todos construíram suas demarcações intelectuais e políticas, assim como suas interpretações históricas, em relação e diálogo (mesmo que para negá-lo ou impedi-lo) com o que estava sendo produzido nos Estados Unidos e/ou na Europa (os primeiros em âmbito político e os segundos no seio das principais universidades). É que, se o eurocentrismo é perigo já criticado, o afrocentrismo é pouco percebido nas suas mais diferentes versões⁵ (sendo ainda um putativo “brasiliocentrismo” praticamente “invisível”). Na verdade, assim como não se pode “despejar” os critérios europeus para o estudo da África, também não se pode simplesmente inverter as polaridades do jogo colonialista, inventando-se uma África pura, incorrupta e sem “contaminações”. Tampouco devemos descurar dos efeitos da mobilização da historicidade de tantos povos como predicado político nacional. Deve-se, creio, buscar um eixo analítico austero para reconhecer a importância e a fertilidade dos fluxos e dos interstícios, das continuidades e das rupturas observadas ao longo da história africana (inclusive através das suas margens: a atlântica, a mediterrânea e a índica).

A África constitui-se em um continente cuja história se dá em constante mudança, apresentando intensas migrações internas e externas. Tome-se, do ponto de vista interno, ao menos desde o século VII, a expansão islâmica – e seu relacionamento com os Impérios do Gana, do Mali e de Songhai no interior do Saara, mas também com o amálgama tensionado com os sultanatos à margem oriental que ligavam a costa africana ao contexto indiano e ao Oriente Médio. Ela constitui-se em um importante veículo de alterações sociais. Da mesma forma, destaca-se que a expansão dos povos Bantu, no século X, articulou a margem atlântica ocidental, no delta do Níger, à região do Império do Monomotapa, na margem oriental do

⁵ MORAIS FARIAS, Paulo Fernando. Afrocentrismo. Entre uma contranarrativa histórica universalista e o relativismo cultural. *Afro-Ásia*. 29/30, 2003, p. 317-343.

continente (passando pela região da África Central). Atente-se, *en passant*, para a diversidade de etnias inseridas nesta nomenclatura linguística.⁶ Do ponto de vista externo, outras tantas referências são possíveis, desde as pontas africanas da Rota da Seda ao contato com o expansionismo português. Não obstante sua brutalidade, o colonialismo europeu não se manifestou de forma homogênea. Apresentou diferentes fases e sofreu mudanças. Operou inflexões. Para dar conta das dinâmicas internas e externas do relacionamento entre os povos africanos (em suas diferentes estruturas políticas: linhagens, clãs, reinos e impérios) com os povos europeus (portugueses, holandeses, ingleses, franceses, italianos, entre outros), faz-se necessário um verdadeiro mergulho nas fontes disponíveis ao historiador (sendo elas várias e de variado trato), bem como se faz premente que este mergulho se dê consciente dos desafios epistêmicos intrínsecos a esta operação hermenêutica. De qualquer forma, ao se falar em África, ao se pensar em África, ao estudar a História da África, importa preocupar-se com as inflexões, com mudanças, com conversões e sincretismos, com diversidade cultural e, obviamente, com a violência ínsita ao colonialismo europeu (assim como a do seu combate). Creio ser esta panóplia de fluxos e de nuances um antídoto útil à cristalização própria dos estereótipos.

As peculiaridades da construção nacional nos PALOP

A experiência no ensino e na orientação de pós-graduandos em História da África, na PUCRS, tem um componente geral, de enquadramento institucional, e outro mais particular, vinculado à minha investigação propriamente dita. Embora seja um dos programas mais longevos do país, apenas muito recentemente começou a formar mestrandos e doutorandos cujo tema de pesquisa aborda as sociedades africanas. A história do negro brasileiro e mesmo da diáspora africana tem já longo desenvolvimento.⁷ Contu-

⁶ ZELEZA, Paul Tiyambe. "The invention of African Identities and Languages. The Discursive and Developmental Implications". In: *Selected Proceedings of the 36th Conference on African Linguistics*. Edited by Olaoba Aransanyinand Michael Pemberton. Somerville, MA: Cascadilla Proceeding Project, 2006. Acesso em: dez. 2013.

⁷ Merece aqui menção a importância do trabalho realizado, por várias décadas, da professora Margareth Bakos neste sentido. Através de seu trabalho na pesquisa e nas orientações, o Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS conta com um número bastante significativo de mestres e doutores, dissertações e teses, que tematizaram os diferentes aspectos da história do negro no Rio Grande do Sul e no Brasil.

do, o foco específico das sociedades africanas é algo ainda recente, como disse. Vale grifar que o PPGH/PUCRS tem seu enquadramento na história das sociedades ibéricas e americanas. O estudo das sociedades africanas acaba por ter, com isso, um componente limitador, circunscrevendo-se “apenas” à história dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Atente-se para este “apenas” entre aspas.⁸ Ora, é evidente que o recorte dos PALOP apresenta uma dupla recusa. Primeiro a recusa de um retrato unívoco sobre o continente africano. Afinal, chama a atenção para o fio condutor da Língua Oficial Portuguesa – e, com isso, marca (mesmo que implicitamente) a diferença entre alguns projetos coloniais europeus, grifando eventualmente o conflito entre eles (lembre-se, aqui, do impacto do *Ultimatum Britânico* em Portugal na questão do Mapa Cor-de-Rosa que ligaria Angola a Moçambique, em choque com o projeto colonial inglês entre o Cairo, no Egito, e a Cidade do Cabo, na África do Sul⁹). Trata-se de perceber, no mesmo sentido, que esta disputa europeia irá ter importantes consequências para os povos africanos. Seja porque a competição europeia por colônias na África inseria-se no jogo de disputas entre nacionalismos europeus¹⁰ seja pela invasão militar, pelo domínio político e pela exploração econômica que lhes foram próprias.¹¹ A produção de relatos de viagem,

⁸ Obviamente, para os objetivos deste ensaio, serão apenas comentadas algumas características (necessariamente parciais e seletivas no escopo mais geral dos PALOP). Não é este o lugar adequado, e nem há espaço suficiente para fazer uma exposição, mesmo que sumária, do panorama geral dos nacionalismos em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe. Ainda outra necessária prevenção deve ficar aqui marcada. Obviamente que a noção de PALOP contém, na própria sigla, a noção de Língua Oficial Portuguesa. Contudo, creio ter este enquadramento um menor custo político e epistêmico, até porque não excluí os casos de outras línguas oficiais nestes países (o que é fato), nem tampouco prescindir do caráter estratégico e até mesmo utilitário de aproveitarmos a partilha da língua (em reuso, reciclagem e ressignificação em diferentes escalas nacionais) para acessarmos fontes e pontos de vista idiossincráticos com maior acessibilidade (na disponibilidade destas para aulas de graduação e pós-graduação, por exemplo). Mais uma ressalva: diante da variabilidade de casos a seguir expostos, vale dizer que tudo o que ficar expresso a seguir tem apenas o estatuto de notas esparsas, convidando para futuros estudos de caso. Para uma leitura panorâmica, sugere-se CHABAL, Patrick. *A History of PostColonial Lusophone Africa*. Indiana: Indiana University Press, 2002.

⁹ Fica fácil de perceber este elemento conflitual da *scramble for Africa* ao se comparar os mapas relativos aos projetos coloniais britânico, português, francês e belga. Para isto, veja-se M'BOKOLO, Elikia. *História da África Negra*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011, p. 346-347.

¹⁰ Para os desdobramentos desta leitura (que é destoando do bordão “imperialista” de vista econômico), veja-se M'BOKOLO, Elikia. *História da África Negra*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011, p. 350-351.

¹¹ Não custa lembrar aqui as diferenças entre os 1º, 2º e 3º impérios portugueses na África. Veja-se, a este respeito, por exemplo, ALEXANDRE, Valentim (Coord.). *O império africano* (séculos XIX-XX). Lisboa: Colibri, 2000.

de relatórios etnológicos e geológicos, a projeção de investidas econômicas e administrativas – que hoje são usadas como fonte – estão inseridas tanto no jogo de desprestígio racial e civilizacional entre Europa e África (como se sabe), como também no jogo de rivalidades nacionalistas entre europeus (aspecto nem sempre lembrado). Por exemplo, o uso político-pedagógico da figura de Mouzinho de Albuquerque na prisão do Gungunhana, em 1895 é um destes casos. Além da óbvia toada eurocêntrica na “vitória” da “civilização” contra a “barbárie”, a prisão do “Leão de Gaza” é construída também como desforra da “humilhação” sofrida pela questão do Mapa Cor de Rosa.¹²

A outra recusa que o termo PALOP contém é a propalada expressão “História da África Lusófona”. Para além do sotaque linguístico-cultural, próprio da matriz acadêmica anglófona, evidente no uso deste enquadramento, ou mesmo no recalcitrante mau-hálito salazarista que lhe é caro, vale dar-se conta da recusa da língua e da colonização portuguesa como denominador comum à história destes países (Cabo Verde, Guiné Bissau, Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique). Na verdade, este posicionamento parte da consideração de que o próprio colonialismo português se deu de diferentes maneiras nestes países, seja porque entrou em contato com diferentes povos e etnias, seja pelas distintas estratégias jurídicas, políticas e econômicas alinhavadas. Lembre-se de que o próprio estatuto das leis do indigenato não teve o mesmo peso nos países continentais e nos arquipélagos.¹³ Ou, para dar outro exemplo, o lugar da produção das elites no âmbito do colonialismo luso – que também apresenta nuances. Veja-se o papel da geração Seminário-Liceu¹⁴, na Ilha de São Nicolau, Cabo Verde, fundado em 1866, e compare-se ao papel da formação da elite assimilada no âmbito da Casa dos Estudantes do Império¹⁵, em Lisboa, entre 1944-

¹² Veja-se, por exemplo, a matéria sobre os 150 anos deste “feito” nas páginas do Diário de Notícias, de Lisboa: <http://150anos.dn.pt/2014/07/30/1895-prisao-de-gungunhana/>.

¹³ Ou conforme afirma Augusto Nascimento: “No tocante aos são-tomenses, as práticas coloniais não passaram, senão esporadicamente, pela imposição do indigenato”. NASCIMENTO, Augusto. *Atlas da Lusofonia*. São Tomé e Príncipe. Lisboa: Prefácio, 2008, p. 35. Sabe-se, contudo, o quão forte foi sua concretização seja em Angola ou Moçambique. Veja-se, para o caso angolano, WHEELER, Douglas; PELISSIER, René. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2009.

¹⁴ NETO, Sérgio. *Colónia Mártir, colónia modelo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/CEIS20, 2009.

¹⁵ CASTELO, Cláudia. “A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial”. In: *7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos*, 9, Lisboa, 2010 – 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade: actas [Em linha]. Lisboa: CEA, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/224>.

1965, que teve um importante papel na formação dos intelectuais e políticos anticolonialistas e nacionalistas (apresentando, como se sabe, uma importante parceria com os movimentos antisalazaristas em Portugal). Tenha-se ainda em conta, por outro ponto de vista, a força das chamadas Companhias Majestáticas em Moçambique e o quão peculiar foram suas interações com o capital colonial britânico em seu entorno (sendo distinto do peso estatal em Lourenço Marques colonial). Ou, noutra mirada, no escopo das sociedades crioulas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (com as clivagens entre contratados cabo-verdianos nas roças de São Tomé, por exemplo¹⁶). E frise-se aqui, isto tudo apenas no âmbito absolutamente “eurocêntrico” do assunto!

Agreguem-se as distinções étnicas (com a miríade étnica na Guiné-Bissau), as religiosas (com os sincretismos culturais e o poder do Islã em Moçambique¹⁷), bem como as quizílias políticas entre os diferentes projetos nacionais em Angola desde a segunda metade do século XX.¹⁸ Adicionem-se as nuances no que tange ao projeto de Amílcar Cabral (ou nele inspirado) sejam as da “reafricanização” cultural sejam as relativas ao relacionamento da Guiné-Bissau e Cabo Verde no âmbito do bordão “um coração e dois corpos” (ao qual Abílio Duarte, na cerimônia de Independência de Cabo Verde em 05/07/75 fez referência – e que foram rapidamente fracassados, diga-se, no âmbito das desventuras dos governos de Aristides Pereira e Luis Cabral e, evidentemente, no golpe de Estado de Nino Vieira de 1980).¹⁹

A temática da construção das nações, dos nacionalismos e da identidade nacional, como se sabe, é bastante corrente, tendo sido reaceso o de-

¹⁶ Sendo a “indigenização” dos cabo-verdianos própria de sua condição de contratados em São Tomé. Cf. NASCIMENTO, Augusto. *O fim do caminho longi*. Midelo: Ilhéu Editores, 2007.

¹⁷ MATOS, Regiane. “A dinâmica das relações no norte de Moçambique no final do século XIX e início do século XX”. *Revista História (São Paulo)*, n. 171, jul./dez., 2015, p. 383-419; BOUENE, Felizardo. “Moçambique: Islã e cultura tradicional” In: GONÇALVES, António Custódio (Org.). 2003. *O Islão na África Subsariana*. Papers of VI Colóquio Internacional “Identidades, Poderes e Etnicidades. O Islão na África Subsariana”, 2004, at FLUP – Porto. 2003. Disponível em: <http://www.africanos.eu/ceaup/index.php?p=k&type=B&pub=14&s=2>.

¹⁸ BITTENCOURT, Marcelo. Nacionalismo, estado e guerra em Angola. In: FERRERAS, Norberto (Org.). *A questão nacional e as tradições nacional-estatistas no Brasil, América Latina e África*. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 231-255 e BITTENCOURT, Marcelo. “Fissuras na luta de libertação angolana”. *Métis. História e cultura*. V. 10, n. 19, 2011, p. 237-255.

¹⁹ SEMEDO, Rui Jorge. O Estado da Guiné Bissau e os desafios político-institucionais. *Tensões mundiais*. V. 7, n. 13, 2011; DUARTE SILVA, António. Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC. *Cadernos de Estudos Africanos*. n. 9/10, 2006; SOUSA, Julião Soares. “O Fenómeno tribal, o tribalismo e a construção da identidade nacional no discurso de Amílcar Cabral”. In: TORRAL, L. R.; PIMENTA, F. T.; SOUSA, J. S. (Orgs.). *Comunidades Imaginadas. Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008, p. 161-172.

bate nos últimos vinte ou trinta anos. Querelas acadêmicas entre teses primordialistas e modernistas, etnosimbolistas e construtivistas, pós-colonialistas ou seus críticos, fazem parte da história do campo acadêmico.²⁰ Contudo, quando se olha para o caso da construção das nações na África²¹, tem-se a sensação de um enorme desequilíbrio: primeiro, porque o número de textos disponíveis sobre o tema é relativamente reduzido; segundo, porque a maioria dos autores geralmente trabalha o tema das identidades nacionais ou num viés claramente político ou sob uma visão francamente generalista; e terceiro, o grau destes fatores atrás apontados fica mais ainda exacerbado quando se pesquisa a história dos países africanos com língua oficial portuguesa (ainda que, nos últimos anos, tenham sido publicados bons e interessantes trabalhos).

Dentre as demarcações contemporâneas do debate, interessa-me, aqui, chamar a atenção para alguns rumos aliciantes do debate. Patrick Chabal, por exemplo, nega a relação causal direta entre a modernidade e a construção do nacionalismo africano. Ao contrário deste postulado modernista – em que concordam diferentes autores como Eric Hobsbawm, Hans Kohn ou Elie Kedourie, entre outros –, a perspectiva de Chabal afirma praticamente o oposto. Tendo em vista o caso africano, a relação é inversa à europeia: o nacionalismo na África é considerado como o promotor da modernização das sociedades (e não seu resultado, como no caso europeu).²² Esta consideração é da mais alta valência na medida em que descortina o caráter de promoção de novos parâmetros de organização social inseridos no contexto pós-independência. Assim, as “novas” nações africanas teriam mais um apelo ao futuro a ser construído que um passado a ser preservado.²³ É

²⁰ Veja-se, por exemplo, DELANNOI, Gil; TAGUIEFF, Pierre-André. *Théories du nationalisme. Nation, nationalité, ethnicité* Sous. Paris: Kimé, 1992; ÖZKIRIMLI, U. *Theories of nationalism: a critical introduction*. New York: St. Martin Press, 2000; BALAKRISHNAN, Gl. (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

²¹ Neste ponto, retomo brevemente alguns argumentos utilizados em PAREDES, Marçal de M. “A construção da identidade nacional moçambicana no pós-Independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa”. Anos 90, dezembro, 2014, p. 131-161.

²² Chabal, Patrick. “Imagined Modernities: community, nation and state in postcolonial Africa” In: TORRAL, L.R.; PIMENTA, F. T.; SOUSA, J. S. *Comunidades Imaginadas*. Nação e nacionalismos em África. Coimbra: Imprensa da Univ. de Coimbra/CEIS20, 2008, p. 41-48. Veja-se, do mesmo autor, *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Indianápolis: Indiana University Press, 2002.

²³ Sabe-se, obviamente, do postulado teórico-político de Amílcar Cabral ou mesmo de Julius Nyerere que, de maneiras distintas, buscavam uma recuperação ou uma reafrikanização da própria África. Vale dizer que um projeto tal só é possível a partir da sensação de perda da própria tradição a ser recuperada. Sobre esta questão ver, entre outros, HOBBSAWM, E. & RANGER, T. *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

neste patamar que se começa a perceber a importância de tratar cada caso do “nacionalismo africano” em sua especificidade (o que se aplica, por óbvio, ao escopo dos PALOP e, conseqüentemente, agrega força à recusa crítica da noção de lusofonia).

Este quadro de complexidades várias se acentua quando se vislumbra o grau de internacionalização da luta anticolonial no decorrer da segunda metade do século XX. As novas potências internacionais – EUA e URSS – souberam muito bem imiscuir-se no embate contra o velho colonialismo europeu. Neste ponto, a escala dos PALOP não foi diferente, apesar de suas peculiaridades. É praticamente impossível tratar do início da guerra anticolonial contra o salazarismo lusitano sem mencionar a influência ideológica, política, econômica e militar das duas grandes forças em choque no período denominado eurocentricamente de “Guerra Fria” (e que Wladimir Shubin chamou de “quente”²⁴). Insira-se neste caldeirão a influência da China maoísta e a importância da Cuba de Fidel Castro, bem como o contencioso israelo-palestino e o jogo de poderes em torno da construção do “homem afro-asiático como proletário do terceiro mundo”, e o novelo de relações de variado grau, força e permanência não será difícil de ser percebido.²⁵

A experiência da ascensão do nacionalismo angolano é fruto também deste contexto ideológico internacional. Os principais movimentos de oposição ao colonialismo português – MPLA, FNLA e UNITA – buscavam auxílio (em frentes várias) justamente nas superpotências mundiais. Deste enlace ideológico surgem propostas políticas divergentes no que tange ao projeto de nação a ser construída em Angola. Atente-se, por exemplo, ao caso das mudanças histórico-semânticas da justificação intelectual e política de Jonas Savimbi, o principal líder da UNITA.

Quase que ininterruptamente, desde 1961, Angola esteve envolta em sangrentas guerras (a anticolonial, a civil posterior à Independência, a pós-eleitoral) travadas entre suas diferentes agremiações políticas. Criados no

²⁴ SCHUBIN, Wladimir. *The Hot Cold War. The USSR in Southern Africa*. London: Pluto Press, 2008 & Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press, 2008.

²⁵ SAUL, John S. *A Flawed Freedom. Rethinking Southern African Liberation*. London: Pluto Press, 2014; SILVA, Sérgio Vieira da. *Política e poder na África Austral (1974-1989)*. Lisboa: Escolar Editora, 2013; ROCHA, Edmundo. *Angola. Contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo moderno angolano (período 1950-1964)*. Lisboa: Dinalivro, 2009; LOPES, José Vicente. *Cabo Verde – Os bastidores da Independência*. Praia/Mindelo: Instituto Camões/Centro Cultural Português, 1996.

contexto dos anos 1960, o MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola –, a FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola – e a UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola – lutaram, primeiramente, de maneira paralela durante a Guerra Colonial contra Portugal – sendo o caso da UNITA marcado pela controversa Operação Madeira e o pacto de não agressão, em 1970, entre suas tropas e o exército português no âmbito de uma aliança anticomunista à qual, inclusive, o papel da África do Sul (no combate à SWAPO no Sudoeste Africano, hoje Namíbia) constituiu elemento de grande importância. Após a independência nacional de Angola, MPLA e UNITA lutaram entre si, deixando muito claras as divergências ideológicas e políticas, bem como as distintas alianças internacionais que os sustentavam, financeira e militarmente. Refletem, cada movimento a seu modo, nuances políticas internacionais anticolonialistas que circularam em âmbito mundial, hibridizando-se a questões de ordem interna regional.

No que tange mais especificamente à UNITA, por exemplo, há que ter presente as inflexões sofridas por seu discurso político. Olhando para o período de sua formação, em 1966, tratava-se de um movimento com alguma inspiração no maoísmo chinês. Contudo, com a anúncia da transição política rumo a independência de Angola – declarada no contexto imediatamente posterior à Revolução dos Cravos, em abril de 1974, em Portugal –, seu discurso político naturalmente se altera. O inimigo a combater já não era mais o colonialismo fascista do salazarismo lusitano. A questão de monta voltava-se, agora, para a busca de legitimidade política na partilha ou não do poder no nascente Estado-Nacional Angolano. E, neste contexto, a dinâmica do poder ir-se-ia dificultar. Em 1975, o MPLA declara a independência do país na capital, Luanda. Logo em seguida, a UNITA e a FNLA fazem a mesma declaração em Huambo, capital de província situada no Planalto Central do país. Neste momento, a UNITA já não contava com o apoio chinês. Recebia ajuda dos Estados Unidos da América em âmbito internacional e da África do Sul em escala regional. Apesar destes apoios, a coligação é militarmente derrotada, devido à intervenção de militares cubanos ao lado do MPLA. A aliança UNITA – FNLA desfaz-se de imediato, produzindo-se inclusive hostilidades esporádicas entre ambas, no centro e no sul do país.

Este breve histórico já é bastante esclarecedor das alterações ideológicas e das mudanças estratégicas operadas na justificativa política organizada por Jonas Savimbi. De mobilização étnica, maoísta e antilusitana,

transmuta-se em um discurso cívico, mais liberal e que proponha a conciliação e a permanência dos imigrantes portugueses em Angola.²⁶ Neste trajeto, não resta dúvida de que existem muitos aspectos a serem mais bem estudados, detalhes ainda não explorados e fontes ainda inacessíveis. Um deles, e que também se adere a este contexto angolano do pós-independência, remete à ação do general Otelo Saraiva de Carvalho, um dos líderes do Movimento das Forças Armadas (que liderou a revolução dos Cravos e a descolonização), no sentido de sensibilizar Fidel Castro para que fossem enviadas as tropas cubanas em ajuda ao MPLA de Agostinho Neto em Luanda²⁷. Como está fácil de ver, trata-se, portanto, da ação de um militar-político da quase ex-metrópole a apelar por ajuda das tropas cubanas para ajudarem na ascensão do regime de inspiração socialista em Angola (em descompasso, diga-se, da posição oficial soviética naquele contexto). Ora, se os acontecimentos do chamado Verão Quente português, no contexto de transição pós-salazarista, fazem, assim, também parte do contexto africano dos PALOP, o contrário também pode ser dito, afirmando-se que a própria Revolução dos Cravos teria começado na guerra anticolonial.²⁸

A construção do nacionalismo moçambicano, por sua vez, pode ser dividida, pelo menos, em três momentos históricos: o primeiro momento (1910/20-1962), antes da eclosão da luta armada pela independência, quando o associativismo e o jornalismo tiveram um papel importante nas demandas sociais e na luta anticolonial (ZAMPARONI, 1988); um segundo momento, marcado pelo conflito armado e pela formação da FRELIMO reunindo diversos movimentos tendo como objetivo comum a libertação nacional frente ao salazarismo colonialista português (1962-1975); e um terceiro, iniciado imediatamente após a independência, tendo como principal promotor o ideário da Frelimo (convertida de Frente nacionalista ampla em Partido único revolucionário, sendo esta a diferença entre a designação FRELIMO/Frelimo) sob a liderança de Samora Machel (1975-1986). Vale dizer que em cada etapa, naturalmente, foram ressignificados os termos nos quais a própria construção nacional foi pensada ou proposta, o que é natural visto serem cambiantes as condições contextuais e o ideário

²⁶ MAXWELL, K. *O Império Derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

²⁷ Veja-se a entrevista de Otelo Saraiva de Carvalho à Deutsche Welle em <http://www.dw.com/pt/otelo-aconselhou-fidel-castro-a-avan%C3%A7ar-rumo-a-angola/a-17507318>.

²⁸ WOOLLACOTT, John. "A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal". *Análise Social*, v. XIX (77-78-79), 1983-3º, 4º, 5º, 1131-1155.

mobilizado nelas. É muito difícil, a não ser por arroubos românticos e/ou historicistas, estabelecer indelevelmente um fio condutor único ligando gerações, ideias, projetos políticos e contextos distintos.

Diferentemente da divisão angolana, em Moçambique coube à FRELIMO a centralidade na organização, promoção e proclamação da independência nacional. Formada em 1962 na Tanzânia, através da agregação de três movimentos de luta anticolonial já existentes – a UNAMO (União Africana de Moçambique), a MANU (*Mozambique African Nation Union*) e a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique) – esta grande Frente de Libertação²⁹ tinha um caráter nacionalista amplo e contava com apoio internacional dos seus vizinhos ao norte do país (Malawi, Zâmbia, Zimbábue e Tanzânia). Seu ideário era marcado por um forte antisalarismo, sendo sua proximidade com o Bloco Soviético ainda de caráter estratégico no âmbito do anticolonialismo.³⁰ Fato é, contudo, que a FRELIMO, enquanto frente política ampla, e sob a liderança de Eduardo Mondlane, não se teria proclamado marxista-leninista durante a luta pela independência de Moçambique.³¹ Este postulado será, contudo, modificado no imediato contexto pós-independência, já vinculado a políticas de construção nacional identitária.

De maneira algo particular, o caso moçambicano diferencia-se da construção do nacionalismo pela via do “socialismo africano” tal como proposto, inclusive, pelos movimentos oriundos dos países que deram suporte à formação da FRELIMO (Malawi, Zimbábue, Tanzânia). Veja-se, entre outros, a distinção clara ao projeto de Julius Nyerere. Se o tanzaniano promotor da *Ujamaa* apelava para uma leitura das culturas negras tradicionais como fonte do socialismo africano (anterior e independente do viés soviético), o moçambicano, por sua vez, buscou aplicar o modelo do marxismo-leninismo – ao menos desde 1977 no III Congresso da Frelimo³² – às condições moçambicanas. Basta agregarmos a este quadro a lembrança das particularidades e das opções do vizinho Kenneth Kaunda, na Zâmbia, e seu Humanismo Africano, ou mesmo o pendor pan-africano do Dr. Hastings Kazumu Banta, no Malawi, com forte influência de Kwame Nkru-

²⁹ ENDERS, A. *História da África Lusófona*. Mira-Sintra: Mem Martins, 1997.

³⁰ VIEIRA, S. *Participei, por isso testemunho*. Maputo: Ndira, 2011.

³¹ MALOA, J. M. “O lugar do marxismo em Moçambique: 1975-1994”. *Revista Espaço Acadêmico*, n.122, julho de 2011. Acesso em: 10 mar. 2014.

³² MACHEL, Samora. *O Partido e as Classes Trabalhadoras Moçambicanas na edificação da Democracia Popular*. Relatório do Comité Central no 3º Congresso da FRELIMO. Maputo: Avante, 1978.

mah, para percebermos o imenso rol de questões teóricas que se abrem à pesquisa sobre interpretações próprias a cada liderança, sobre as reconfigurações políticas adotadas, sobre bifurcações no que tange às estratégias de construção nacional, etc.

Desta feita, o que se quis aqui mostrar, muito ligeiramente, foram alguns contornos de um amplo projeto de pesquisa que venho desenvolvendo e com o qual tenho tido a sorte de contar com mestrandos e doutorandos denodados, responsáveis e competentes. Naturalmente, esta panóplia de elementos trazidos à baila tem, singelamente, o único pendor de chamar a atenção às complexidades teórico-políticas e historiográficas escondidas dentro do que, à partida, poderia se resumir a um enquadramento reducionista atrelado aos PALOP, o que, pela farta amostragem atrás arrolada – de fato – não o é.